

Altas habilidades no ensino: Revisão de literatura

Juliana Rodrigues Faria da Silva¹



10.56238/rcsv14n4-001

RESUMO

Este estudo qualitativo e descritivo em sua metodologia buscou levantar artigos na base de dados Scielo dos últimos cinco anos, ou seja de 2019 a 2023, utilizando os descritores "Altas Habilidades" AND "Educação". O objetivo geral deste estudo foi compreender as altas habilidades e superdotação (AH/SD) no sistema educacional. Os objetivos específicos foram: a) investigar como a literatura aborda o tema das AH/SD; b) identificar, por meio da leitura de artigos científicos, como o direito à educação inclusiva é garantido em relação às AH/SD nas escolas. Os estudos, as AH/SD geralmente apontam que uma pessoa pode inicialmente ter algumas vantagens em relação aos seus pares, porém também enfrentam desafios e vulnerabilidades. Quanto à legislação que está em vigor para assegurar a educação inclusiva tanto para pessoas com AH/SD quanto para qualquer outra pessoa, com ou sem deficiência, há pontos de destaque na lei para garantir o direito à educação inclusiva. Cabe ressaltar que todos contribuem nesse processo de educar e é necessário fornecer orientações aos profissionais da educação e pais, pois desempenham um papel importante nesse contexto.

Palavras chave: Educação Especial, Altas Habilidades, Ensino.

1 INTRODUÇÃO²

A Constituição Federal reconhece a educação como dever do Estado e, sobretudo, implementa o atendimento às crianças e adolescentes (Brasil, 1988). Ademais desta legislação citada, a lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN), prevê a educação infantil como primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos (BRASIL, 1996). Por se tratar da menoridade, o propósito dessa fase de ensino se fixa na educação e no cuidado utilizando esses dois aspectos indissociáveis do processo educativo (Brasil, 2017) e reconhecendo sua importância nessa fase escolar.

Os documentos nacionais que regem a educação infantil (Brasil, 2010, 2017) enfatizam que a criança adquire conhecimento por meio da ação com atenção especial ao brincar e à interação. Conseqüentemente, é o eixo da instrução em jardins de infância e instituições pré-escolares. Este fato não exclui a necessidade de intenção pedagógica durante o processo de aprendizagem. Nesse cenário, é comum encontrar crianças com uma grande variedade de características, e dentre elas, há as que se destacam com alto potencial em relação aos seus pares (Alencar, 2014). Todavia, apesar de, no dia a dia, o professor poder perceber alterações indicativas de altas habilidades e superdotação (AH/SD) em crianças abaixo dos 6 anos de idade, a literatura está sujeita a várias interpretações especialmente quanto à persistência desta característica no futuro (Mosquera; Stobaus; Freitas, 2014).

¹ Discente do curso Profop Educação Especial.

² Artigo científico apresentado ao Grupo Educacional IBRA como requisito para a aprovação na disciplina de TCC.

O Estudo das AH/SD se justifica em uma revisão de literatura, pois é um apanhado aprofundado sobre o tema. Dessa forma, amplia a organização de conhecimentos já produzidos sobre o mesmo e traz luz ao modo de compreender e lidar especificamente com as AH/SD nos contextos da educação básica no sistema público de ensino. Ademais, revisar a lei que garante a educação especial e como se deve observar o ensino inclusivo a este público, permite a discussão de um tema atual, importante e de uma demanda necessária.

Aparentemente, ter um aluno com AH/SD parece bom, mas na verdade é um desafio à escola e aos familiares da criança. Seria uma criança com necessidades diferentes das demais chamadas neurotípicas, ou seja, as crianças com desenvolvimento neurológico numa faixa típica do desenvolvimento humano. Portanto, a partir da curiosidade acerca do tema levantou-se a seguinte questão de pesquisa: como se dá as AH/SD no contexto do sistema de ensino? Será que há uma legislação a esse respeito? Será que existe uma literatura apontando para as formas de se lidar com AH/SD na escola? Nessa leitura, será possível acompanhar o que esta pesquisa pode levantar a esse respeito.

O objetivo geral deste artigo foi: Compreender as AH/SD no sistema de ensino. Os objetivos específicos foram: a) Levantar como a literatura explora o tema das AH/SD b) Identificar após a leitura de artigos científicos como é garantido o direito à educação inclusiva no que tange às AH/SD nas escolas.

Em se tratando de metodologia, este artigo é um estudo qualitativo, descritivo que pretendeu levantar artigos em base de dados Scielo com a busca dos descritores: “Altas Habilidades” AND “Educação”. Foram selecionados 2 artigos a saber: “As vulnerabilidades das altas habilidades e superdotação: questões sociocognitivas e afetivas” de Virgolin (2021) e “Altas Habilidades/Superdotação: Intervenção em Habilidades Sociais com Estudantes, Pais/Responsáveis e Professoras” de Oliveira, Capellini e Rodrigues, 2020 e complementados com lei, decretos e autores selecionados por tratarem do tema em questão. Ao fazer uma leitura ampla e atenta, levantamos a questão da pesquisa acima descrita e dela se os objetivos. Estes objetivos culminaram nos dois capítulos deste artigo. Por fim, diante do exposto em todo o trabalho está descrito a conclusão dando fechamento a este manuscrito.

2 A LITERATURA ACERCA DAS ALTAS HABILIDADES

Na teoria da confluência de três fatores, a superdotação pode ser compreendida como a interseção de três anéis representativos. O primeiro anel é a habilidade acima da média, o segundo anel diz respeito ao compromisso com a tarefa, e o terceiro anel aborda a criatividade (Virgolin, 2021). Esses três fatores se combinam para definir e caracterizar a superdotação, reconhecendo a presença de

habilidades excepcionais, dedicação e engajamento, bem como a capacidade criativa que impulsiona o potencial das pessoas superdotadas. Nesse entendimento, a pessoa apresenta uma capacidade de habilidade diferente de seus pares, maior compromisso e uma automotivação para a atividade, bem como uma criatividade e capacidade de resolver problemas por sua forma própria e não necessariamente a partir do que o mediador disser.

Renzulli (1988) destaca que a superdotação é influenciada tanto por fatores genéticos quanto ambientais. Concordando com essa perspectiva teórica, Virgolin (2019), ressalta a expressão "altas habilidades e superdotação" é utilizada com o mesmo significado, representando dois aspectos do mesmo fenômeno. O termo "superdotação" refere-se às características inatas e genéticas da inteligência e personalidade. Por outro lado, o termo "altas habilidades" enfatiza os aspectos que são moldados, modificados e enriquecidos pelo ambiente, como a família, a escola, a cultura e outros fatores. Dessa forma, essa abordagem reconhece a interação entre fatores hereditários e influências ambientais no desenvolvimento das habilidades excepcionais em pessoas com superdotação.

A temática das altas habilidades e superdotação (AH/SD) é intrincada e abrangente. Esse grupo apresenta características heterogêneas, o que significa que a superdotação pode ser encontrada em todas as classes econômicas e em diferentes grupos étnicos. Além disso, os comportamentos associados à superdotação podem se manifestar em qualquer faixa etária. É relevante destacar que essas características podem coexistir com deficiências sensoriais, físicas, intelectuais, de aprendizagem e outros transtornos do desenvolvimento, formando o que é conhecido como dupla especificidade (Strip; Hirsch, 2000; Virgolin; Pereira, 2020).

Compreender a superdotação implica em entender a dinâmica familiar e as interações e conexões entre a família e a criança, assim como considerar a cultura na qual a criança está inserida, levando em conta os aspectos valorizados e identificados pela sociedade. Além disso, é essencial considerar a pessoa, suas habilidades, interesses e características emocionais e afetivas singulares. Educar pessoas com AH/SD não é simples e é importante reconhecer que o que é adequado para um aluno pode não ser adequado para outro (Virgolin, 2021).

Ao compararmos pessoas com AH/SD e superdotação com seus pares, é possível observar que eles se destacam em pelo menos uma área de conhecimento ou domínio do seu potencial, como habilidades verbais, lógico-matemáticas, artísticas, psicomotoras ou de liderança (Sabatella, 2013; Virgolin; Pereira, 2020). No entanto, nem sempre se dá destaque ao lado positivo. Algumas características sejam elas físicas, de comportamento ou emocionais podem torná-los alvos de brincadeiras desagradáveis na escola, como apontam os estudos de De Oliveira, Capellini e Rodrigues (2020). Não é surpreendente que alguns deles possam se sentir vulneráveis, deslocados, estranhos, incompetentes e irritados (Strip; Hirsch, 2000), evidenciando uma tendência à imaturidade. Abaixo,

apresenta-se um quadro com os pontos fortes, o outro lado e as possíveis consequências da superdotação, a fim de esquematizar como uma pessoa com altas habilidades pode vivenciar situações positivas e negativas.

QUADRO 1 - Os altos e baixos da superdotação

OS ALTOS E BAIXOS DA SUPERDOTAÇÃO		
ASPECTOS FORTES	O OUTRO LADO	POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS
<i>Apresenta maior nível de compreensão do que os colegas de mesma idade</i>	Acha que a forma de raciocínio e compreensão dos colegas são “bobas” e expressa sua opinião para eles.	Os colegas a evitam; os adultos a percebem como faladora demais. A criança perde amigos.
<i>Habilidades verbais avançadas para a idade</i>	Conversa mais do que os colegas, que não entendem sobre o que ela está falando. A criança quer falar sempre, não dando a vez aos outros.	Os colegas a percebem como pretensiosa e superior aos outros, e a excluem. A criança fica solitária.
<i>Pensamento criativo</i>	Resolve problemas de seu próprio jeito, e não da forma ensinada pelo professor.	O professor se sente ameaçado, percebe a criança como desrespeitosa da figura de autoridade e decide reprimi-la, o que estabelece o palco para a rebelião.
<i>Rápida no pensamento</i>	Torna-se facilmente entediada com a rotina e pode não completar suas tarefas. Por outro lado, pode acabar rapidamente suas atividades e ficar vagando pela sala, procurando o que fazer.	O professor pode achar que a criança é desatenta, negativa ou com problemas comportamentais, e que exerce má influência nos colegas.
<i>Alto nível de energia</i>	Pode ser muito distraída, começando várias tarefas e não terminando nenhuma.	A criança pode se desgastar tentando realizar muitos projetos de uma vez só. Sua alta energia pode ser confundida com Transtorno de Desordem da Atenção e Hiperatividade – TDAH. Medicação pode ser sugerida para “acalmar” a criança.
<i>Grande poder de concentração</i>	Algumas vezes gasta tempo demais em um projeto; fica perdida nos detalhes e perde os prazos de entrega.	Notas baixas, uma vez que as tarefas não são completadas, o que causa frustração para a criança, seus pais e professores.
<i>Pensamento ao nível do adulto</i>	O pensamento ao nível do adulto não se faz acompanhar de habilidades ao nível do adulto, tais como a diplomacia. Pode falar coisas de forma rude ou desconcertante.	Tanto os colegas quanto os adultos podem achar a criança rude, ofensiva e sem tato, passando a evitá-la.

FONTE: Helping gifted children soar (Strip; Hirsch, 2000, *apud* Virgolin, 2021).

Apesar de as crianças com AH/SD geralmente apresentarem algumas vantagens em relação aos seus pares, como maior resiliência, é importante reconhecer que elas também enfrentam desafios e áreas de vulnerabilidade. Estudos apontam questões como a busca do perfeccionismo, a tendência a adiar atividades importantes, o estresse e as dificuldades de relacionamento com colegas (Virgolin, 2021). Além disso, mencionam-se o assincronismo, as expectativas dos adultos, o autocontrole, conflitos internos, a tendência a se isolar socialmente, a motivação, e a busca de autorrealização (Hérbert, 2011). As crianças superdotadas também podem apresentar grande sensibilidade e

intensidade emocional (Davrowisk, 2016; Mendaglio, 2008), empatia, senso de justiça e preocupação moral pelos outros (Hébert, 2011), além de um grande senso de humor, desafio às autoridades e pensamento criativo (Hébert, 2011; Strip; Hirsch, 2000).

Diante dos diversos desafios mencionados, abordar a aprendizagem em casos de superdotação vai além de considerá-la como um fenômeno exclusivamente cognitivo. É crucial compreendê-la como um processo que se entrelaça com o funcionamento emocional em um contexto mais amplo. É fundamental criar ambientes de desenvolvimento que permitam que os sentimentos não fiquem bloqueados, pois dessa forma a criança terá melhores condições para processar o aprendizado intelectualmente.

3 O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO QUE TANGE ÀS ALTAS HABILIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

No ano de 2015, no Brasil, foi estabelecida uma legislação que possibilitou o acesso e o desfrute de direitos pelas pessoas com necessidades especiais, especialmente no campo da educação. A Lei 13.146, promulgada em 6 de junho de 2015, é conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência e tem como objetivo garantir e promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

Esse dispositivo legal promoveu a inclusão social e o acesso à cidadania para os indivíduos com necessidades especiais, representando um avanço significativo em termos de igualdade de direitos. No segundo artigo da mencionada lei, é abordado de maneira abrangente o conceito de pessoas com necessidades especiais, agora denominadas "pessoas com deficiência", substituindo a terminologia anterior e ressignificando a forma como essas pessoas são percebidas e tratadas em relação aos seus direitos. Além disso, destaca-se o decreto N° 10.502, de 30 de setembro de 2020, que estabelece, em seu primeiro artigo:

“Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (Brasil, 2020).

Através desse decreto, é estabelecida a criação de uma Política Nacional de Educação Especial com enfoque no aprendizado contínuo ao longo da vida. Dessa forma, o decreto não apenas reafirma o processo de inclusão abordado na Lei 13.146, mas também enfatiza a importância do "aprendizado ao longo da vida" para pessoas com necessidades especiais. Essa abordagem legal diferenciada abre

portas para a participação desses indivíduos em universidades, programas de pós-graduação e extensão, em todos os níveis de ensino, garantindo acessibilidade ao longo de seu percurso educacional. Sem dúvida, é um passo significativo em direção à educação, de forma que a inclusão social se torna um importante instrumento de cidadania para as pessoas com necessidades especiais.

Outro decreto que merece destaque é o decreto nº 7.611, datado de 17 de novembro de 2011, o qual tem como objetivo garantir o acesso de crianças a serviços especializados. Isso significa que é responsabilidade da escola se preparar para atender às necessidades e particularidades dessas crianças (Brasil, 2011). No que diz respeito às políticas de inclusão, entende-se que o desenvolvimento interpessoal desempenha um papel crucial nesse processo inclusivo. É fundamental buscar a melhoria na qualidade dos relacionamentos sociais, promovendo atitudes de compreensão e aceitação das diferenças por parte dos colegas, professores e funcionários escolares. Reconhecendo a importância da aquisição e da manutenção dessas habilidades interpessoais, é essencial que a escola invista no desenvolvimento interpessoal dos alunos, bem como dos professores, uma vez que estes desempenham o papel de mediadores de relacionamentos e conflitos em sala de aula (Del Prette; Del Prette, 2013).

Em relação ao papel do professor, segundo Castro e Bolsoni-Silva (2008), ao desempenhar essa função, ele pode manter, fortalecer ou até mesmo desestimular comportamentos relacionados à interação entre crianças e entre criança e professor, influenciando tanto os aspectos acadêmicos quanto os sociais. Segundo Bandeira e Quaglia (2006), as crianças precisam apresentar comportamentos assertivos para alcançarem sucesso, pois isso contribui para melhorar a comunicação interpessoal e expressão de seus sentimentos e de suas necessidades. Portanto, cabe ao professor identificar tais comportamentos, buscando estimulá-los ou desencorajá-los em diferentes situações. Nessa perspectiva, é inegável que os sistemas educacionais devem priorizar igualmente o desenvolvimento das habilidades sociais de todos os alunos, sejam eles da educação especial ou não. Além disso, é fundamental focar também nos atores envolvidos, como professores e pais/responsáveis, a fim de proporcionar um ambiente propício para o desenvolvimento educacional.

Considerando que o comportamento infantil é resultado da história comportamental da criança nos ambientes em que ela vive e é influenciado pelas contingências ambientais familiares, é fundamental reforçar a importância de trabalhar não apenas com os professores, mas também com os pais e/ou responsáveis. Desde o início da educação, o ambiente escolar deve promover e potencializar o desenvolvimento social e acadêmico dos alunos, visando a uma formação adequada para a vida em todos os seus aspectos. É essencial reconhecer que a parceria entre a escola e a família desempenha um papel crucial nesse processo, proporcionando um suporte consistente e integrado para o crescimento e aprendizado das crianças.

Destacando Del Prette e Del Prette (2013), estudos comparativos entre diferentes fontes de dados, como pais e professores, podem enriquecer a categorização e a compreensão do repertório de habilidades sociais, ajudando na identificação desses comportamentos em crianças com AH/SD em diversos contextos sociais, como escola e família. Os autores defendem o investimento em programas de treinamento de habilidades sociais (THS) com duas abordagens: a primeira como uma forma de prevenção, por meio da colaboração entre escola e família, e a segunda como intervenção clínica direcionada à criança, com o objetivo de superar dificuldades interpessoais e os problemas associados a elas. Essas abordagens visam promover o desenvolvimento saudável das habilidades sociais e melhorar o bem-estar das crianças com Altas Habilidades e Superdotação.

4 CONCLUSÃO

A primeira parte deste artigo aborda brevemente a literatura sobre o tema das altas habilidades e superdotação (AH/SD). Ao analisar as teorias sobre AH/SD, é possível observar que os autores reconhecem vulnerabilidades sócio emocionais e cognitivas em estudantes com esse perfil. No entanto, é importante ressaltar que nem todas as crianças superdotadas apresentam as vulnerabilidades acima citadas. Essas características não são intrínsecas à AH/SD e não quer dizer necessariamente que essas pessoas são infelizes. Na maioria dos casos, as vulnerabilidades em pessoas com altas habilidades/superdotação surgem na distância entre seu desenvolvimento atual e as expectativas da sociedade quanto ao desenvolvimento esperado. Ao passo que as informações são mais difundidas e as expectativas sociais se alinham melhor com as realidades do desenvolvimento desses talentos, o grau de vulnerabilidade dessas crianças tende a diminuir.

A segunda parte deste artigo destacou como a lei e alguns autores abordam a EE para o público de pessoas com superdotação e altas habilidades. Apesar dos desafios na educação de um aluno cuja habilidade seja acima da média de seus pares, vale ressaltar que uma preparação dos atores: professores, pais e ou responsáveis pode fazer uma diferença significativa em como se dará o contexto de desenvolvimento destes alunos. Há de se notar que é importante que os acompanhamentos sejam feitos para além da escola. Às vezes, atores como o médico pediatra, ou outros profissionais da saúde e da educação estarão como apoiadores desse processo.

Por fim, este artigo cumpriu com seus objetivos, respondeu à questão de pesquisa e avançou no que tange a organização de conhecimento. Sugere-se, ainda, estudos comparativos de intervenções escolares e clínicas que auxiliem o desenvolvimento de habilidades pessoais, cognitivas, e de controle dos impulsos em pessoas com altas habilidades e superdotação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. Ajustamento emocional e social do superdotado: fatores correlatos. In: PISKE, F. H. R. (Org.). *Altas habilidades/superdotação (AH/SD): criatividade e emoção*. Curitiba: Juruá, 2014.
- BANDEIRA, M., & QUAGLIA, M. A. C. Comportamento assertivo: relações com ansiedade, locus de controle e autoestima. In M. Bandeira, Z. A. P. Del Prette, & A. Del Prette (Eds.), *Estudos sobre habilidades sociais e relacionamento interpessoal* (pp. 17-46). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Decreto 10.502. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. DOU: 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: MEC, 2010.
- BRASIL. LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular: etapa da educação infantil. Brasília, DF: MEC, 2017.
- CASTRO, A. B.; BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais na educação: relação entre concepções e práticas docentes na educação infantil. In V. L. M. F. Capellini (Ed.), *Políticas públicas, práticas pedagógicas e ensino-aprendizagem: diferentes olhares sobre o processo educacional* (pp. 296-311). Ed. Bauru: Cultura Acadêmica, 2008.
- DABROWSKI, K. *Positive Disintegration* Boston: Little Brown, 2016.
- DE OLIVEIRA, A.P.; CAPELLINI, V.L.M.F. & RODRIGUES, O.M.P.R. Altas Habilidades/Superdotação: Intervenção em Habilidades Sociais com Estudantes, Pais/Responsáveis e Professoras. *Rev bras educ espec*, Jan;26(1), 2020.
- DEL PRETTE, Z. A. P., & DEL PRETTE, A. (2013). *Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- HÉBERT, Thomas P. *Understanding the social and emotional lives of gifted students*. Waco, TX: Prufrock Press, 2011.
- MENDAGLIO, S. Dabrowski's Theory of Positive Disintegration: A personality theory for the 21st century. In: MENDAGLIO, S.(ed.). *Dabrowski's Theory of Positive Disintegration* Scottsdale, AZ: Great Potential Press, 2008.
- MOSQUERA, J. J. M.; STOBÄUS, C. D.; FREITAS, S. N. Altas habilidades/superdotação no transcurso da vida: da infância à adultez. In: VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. (Org.). *Altas*

habilidades/superdotação, inteligência e criatividade: uma visão multidisciplinar. Campinas: Papyrus, 2014.

RENZULLI, J. S. The three-ring conception of giftedness. In S. M. Baum, S. M. Reis, & L. R. Maxfield (Eds.), *Nurturing the gifts and talents of primary grade students* (pp. 50-72). Mansfield Center, CT: Creative Learning Press, 1998.

SABATELLA, M.L.P. *Talento e superdotação: problema ou solução?* Curitiba: Intersaberes, 2013.
STRIP, C. A. & HIRSCH, G. *Helping gifted children soar: A practical guide for parents and teachers.* Scottsdale, AZ: Great Potential Press, 2000.

VIRGOLIM, A.M.R. Os desafios para a educação dos superdotados no século XXI. Trabalho apresentado como Palestra Magna no Seminário sobre Altas Habilidades/Superdotação. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019.

VIRGOLIM, A.M.R.; PEREIRA, V.L.P. Identificar e atender alunos com altas habilidades ou superdotação na escola. In: MENEZES, Adriane Melo de Castro; MENEZES, Suely Melo de Castro. Brasília: ANEC, 2020. p. 105-122. E-Book. (Coletânea ANEC - Instituições Católicas).

VIRGOLIM, A.M.R. As vulnerabilidades das altas habilidades e superdotação: questões sociocognitivas e afetivas. *Educar Em Revista*, 37, e81543, 2021.